

ANÁLISE DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NAS CIDADES DE ANÁPOLIS, ABADIÂNIA E ALEXÂNIA: UM RECORTE ESPACIAL DO EIXO GOIÂNIA- ANÁPOLIS- BRASÍLIA.

Luan Filipe Fonseca Coelho¹

Janes Socorro da Luz ²

¹ Graduando do curso de Geografia, do Campus Anápolis de CSEH/UEG.

² Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia, Docente da Universidade Estadual de Goiás.

Resumo:

O referido projeto emprega como recorte espacial o Eixo Goiânia-Anápolis-Brasília, com ênfase para três cidades Alexânia e Abadiânia (Entorno do Distrito Federal) e Anápolis. Nesse sentido, aborda a escala interregional ao discutir o referido Eixo e, também, a escala intraurbana das cidades supracitadas, onde serão investigadas as características inerentes ao Programa Minha Casa Minha Vida. Em tese, o eixo envolve a presença de duas metrópoles, Goiânia e Brasília, sob o comando das quais gravitam cidades de pequeno e médio porte que compõem as respectivas regiões metropolitanas; além de Anápolis, uma cidade média que se pelo exercício do comando regional. É nesse território que atuam os seguintes agentes, responsáveis pela dinâmica socioespacial vigente na produção do espaço urbano: os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; e, os grupos sociais excluídos. O Estado se destaca entre os agentes apontados por Corrêa (1995), por seus múltiplos papéis e funções. Ele se liga à organização dinâmica do espaço urbano de maneira complexa. Pois, ao mesmo tempo pode se configurar como grande industrial; consumidor de espaço e de localizações específicas; proprietário fundiário e promotor imobiliário; como na implantação de serviços públicos como o sistema viário, calçamento, água, esgoto, iluminação e coleta de lixo, entre outros fatores, (CORRÊA, 1995, 2012). Nesse sentido, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), lançado pelo Decreto da Presidência da República Nº 6.819, de 13 de abril de 2009, compreende, basicamente, o Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR); além, de forma geral, autorizar a União a transferir recursos para operacionalizar o programa.

Palavras-chave: (de 3 a 6 palavras chave): Eixo- Espaço urbano- Programa Minha Casa, minha vida (PMCMV).

O referido projeto emprega como recorte espacial o Eixo Goiânia-Anápolis-Brasília, com ênfase para três cidades Alexânia e Abadiânia (Entorno do Distrito Federal) e Anápolis. Nesse sentido, aborda a escala interregional ao discutir o referido Eixo e, também, a escala intraurbana das cidades supracitadas, onde serão investigadas as características inerentes ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), iniciado pelo Governo Federal em 2009.

Em relação ao Eixo Goiânia-Anápolis-Brasília destacam-se os trabalhos do

IPEA/IBGE/Unicamp (1999); Arrais (2007); de Haddad (2011); de Furlan e Segala (2014); Santos e Ferreira (2013); e, entre outros, de Mendonça e Luz (2015). No caso, o conceito de eixo

[...] abrange as mudanças que se dão na territorialização de novas dinâmicas direcionadas pelo paradigma dos eixos que se sobrepõe ao modelo do paradigma das áreas ou das manchas de disseminação de novas tecnologias e de unidades de produção. A tese defendida neste momento é de que o paradigma das áreas, sem a inter-relação de trocas, fluxos e movimento pessoas e mercadorias não explica mais as dinâmicas territoriais. (SPOSITO, 2007, p. 3)

Dessa forma, ao empregarmos a expressão eixo de desenvolvimento, no que tange à dinâmica urbana, nos referimos às especificidades de um determinado território no qual se estrutura um arranjo urbano-regional, a exemplo do eixo Goiânia-Anápolis-Brasília, no qual as características sociais, econômicas e políticas se articulam em função da estruturação das atividades econômicas e dos fluxos estabelecidos entre as localidades que compõem o eixo e com ele se relacionam.

Em tese, o eixo envolve a presença de duas metrópoles, Goiânia e Brasília, sob o comando das quais gravitam cidades de pequeno e médio porte que compõem as respectivas regiões metropolitanas; além de Anápolis, uma cidade média que se pelo exercício do comando regional. De modo geral, a delimitação do eixo Goiânia-Anápolis-Brasília é imprecisa, pois existem indefinições na identificação das cidades que compõem o eixo e estão inseridas na Região Metropolitana de Goiânia ou na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, (MENDONÇA; LUZ, 2015).

De acordo com Mendonça e Luz (2015) existem dois conjuntos de municípios relacionados ao Eixo Goiânia-Anápolis-Brasília. Um é formado por municípios articulados diretamente ao eixo e que pertencem à Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal (RIDE): Brasília, Santo Antônio do Descoberto, Alexânia e Abadiânia. Além dos pertencentes à RMG: Goiânia, Goianápolis e Terezópolis de Goiás. E, também, Anápolis que se encontra entre as duas regiões metropolitanas.

No segundo conjunto encontramos os municípios articulados indiretamente ao eixo, ou seja, as localidades situadas fora da área entre Goiânia e Brasília, especialmente na RGM. É o caso das localidades conectadas ao eixo pelas rodovias estaduais: Trindade pela GO 060; Goianira pela GO 070; Nerópolis pela GO 080; e, Senador Canedo pelas GO 403 e 536. Também de Abadia de Goiás situada na BR 060, limite com Goiânia e, finalmente, Aparecida de Goiânia, cujo território é cortado pela BR 153 na área metropolitana de Goiânia,

(MENDONÇA; LUZ, 2015).

É nesse território que atuam os seguintes agentes, responsáveis pela dinâmica socioespacial vigente na produção do espaço urbano: os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; e, os grupos sociais excluídos, (CORRÊA, 1995). Cada agente contribui de forma diferenciada na produção do espaço urbano. Porém, ao considerar esses agentes, Corrêa (1995) afirma que as estratégias dos mesmos estão interrelacionadas. Ademais, o “espaço produzido refletirá essas estratégias e práticas espaciais”, (CORRÊA, 2012, p. 45).

O Estado se destaca entre os agentes apontados por Corrêa (1995), por seus múltiplos papéis e funções. Ele se liga à organização dinâmica do espaço urbano de maneira complexa. Pois, ao mesmo tempo pode se configurar como grande industrial; consumidor de espaço e de localizações específicas; proprietário fundiário e promotor imobiliário; como na implantação de serviços públicos como o sistema viário, calçamento, água, esgoto, iluminação e coleta de lixo, entre outros fatores, (CORRÊA, 1995, 2012).

Todavia, é preciso salientar que a ação do Estado na dinâmica urbana privilegia em grande parte os interesses da classe dominante. E, também, deve-se considerar que essa ação se faz em três níveis político-administrativos e espaciais: federal, estadual e municipal. Em cada um dos níveis, sua forma de atuação modifica, por meio de impostos com preço elevado que afetam o preço da terra e dos imóveis. Entretanto, as estratégias adotadas pelo poder público são fundamentais para compreender a dinâmica de produção e reprodução do espaço urbano. De acordo com Carlos (2004, p. 12):

Como decorrência inevitável, o ato de morar se reduz à função residencial. Trata-se da própria cidade reduzida a seu nível do funcional, porque a morfologia urbana é cada vez mais produto de estratégias políticas que impõem uma ordem repressiva em que as diferenças são, constantemente, esmagadas em nome do progresso e dos interesses imobiliários.

O momento atual produz novas contradições que as políticas urbanas, sob a égide do Estado, pretendem resolver, sem, todavia colocar em cheque sua racionalidade, criando formas de intervenção pontuais, a partir da consideração da cidade enquanto quadro físico, que nega a prática socioespacial.

Enfim, os grupos sociais excluídos representam outro agente na produção do espaço urbano. Eles existem em função das disparidades existentes na dinâmica do sistema capitalista que estrutura a sociedade de classes. Na qual o acesso aos bens e serviços não ocorre de forma igualitária, mas depende da capacidade de consumir e gerar renda. No caso constituem

parcelas excluídas da sociedade, moram em casas deterioradas, loteamentos periféricos, conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado e distantes do centro. Os mesmos também se apropriam de terrenos inadequados para o uso dos outros agentes, como áreas íngremes ou alagadiças, e conseguem alguma infraestrutura por pressão, reunidos em associações ou mesmo, interesses eleitoreiros, (CORRÊA, 1995).

Nessa perspectiva, torna-se fundamental a atuação do Estado como agente na produção do espaço urbano. Pois, seu envolvimento no processo de ordenamento, planejamento, intervenção/regulação e gestão do espaço, entre outras funções, oportuniza o desenvolvimento de ações e estratégias capazes de, pelo menos, reduzir as disparidades existentes. Além de ações que articulem, necessariamente, as diferentes dimensões ou escalas espaciais, conforme destaca Souza (2003, p. 73):

Se a finalidade última do planejamento e da gestão é a superação de problemas, especialmente fatores de injustiça social, ambos deveriam ser vistos como pertencendo ao amplo domínio das estratégias de desenvolvimento, ao lado de estratégias de desenvolvimento regional, nacional, etc..

E, acrescenta sobre o desenvolvimento urbano:

Para sistematizar, pode-se assumir que o desenvolvimento urbano, o qual é o *objetivo fundamental* do planejamento e da gestão urbanos, deixa-se definir com a ajuda de dois objetivos derivados: *a melhoria da qualidade de vida e o aumento da justiça social*, (SOUZA, 2003, p. 75, grifos do autor).

Nesse sentido, o presente projeto, por um lado, discute a dimensão do desenvolvimento urbano no que refere à política urbana e às ações e estratégias que exemplificam as intervenções do Estado no setor habitacional, tendo em vista o acesso a direitos sociais básicos, entre eles o de moradia. Por outro lado, destaca a problemática da Habitação de Interesse Social (HIS), seu reatamento na escala local, valorizando o lugar, o que envolve a questão física, fundiária e social. Pois, conforme Carlos (1996, p. 15) “o lugar abre a perspectiva para pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo [...] ao mesmo tempo em que expõe as pressões que se exercem em todos os níveis”.

Em princípio se alicerça na compreensão de que “existem, na atual conjuntura, novos interesses, contradições sociais e sentidos da ação. É necessário desvendá-los para disputar poder e conceber formas de vida coletivas mais igualitárias e justas”, da escala federal à escala local, do público ao privado, do coletivo ao individual, são inúmeros os conflitos que apresentam, porém, sua análise contribui de forma decisiva para a compreensão do espaço.

Na discussão sobre HIS é necessário contextualizar a questão no âmbito das políticas urbanas. A temática que embasa o presente projeto se articula com os pressupostos da Política Nacional de Habitação (PNH), no qual um dos instrumentos é o Plano Nacional de Habitação (PlanHab), além do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), compondo o Sistema Nacional de Habitação Social (SNHIS), (Lei 11.124, de 16 de junho de 2005). Enquanto o PlanHab prevê ações e metas que visam período mais longos, por meio do FNHIS são viabilizados recursos para a adoção de ações mais imediatas, entretanto tais mecanismos exigem a o desdobramento do planejamento direcionado para a HIS na escala local. Tal característica explica a existência dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS).

A elaboração do PLHIS segue as orientações do Ministério das Cidades (MinCidades) que destaca os seguintes princípios (Cadernos Cidade e Habitação, 2008, p. 31, grifos nossos):

- **Direito à moradia**, enquanto um direito humano, individual e coletivo, previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição Brasileira de 1988. O direito à moradia deve ter destaque na elaboração dos planos, programas e ações, colocando os direitos humanos mais próximos do centro das preocupações de nossas cidades;
- **Moradia digna** como direito e vetor de inclusão social garantindo padrão mínimo de habitabilidade, infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade, transporte coletivo, equipamentos, serviços urbanos e sociais;
- Função social da propriedade urbana buscando implementar instrumentos de reforma urbana a fim de possibilitar **melhor ordenamento** e maior controle do uso do solo, de forma a combater a retenção especulativa e garantir acesso a terra urbanizada;
- Questão habitacional como uma política de **Estado** uma vez que o poder público é agente indispensável na regulação urbana e do mercado imobiliário, na provisão da moradia e na regularização de assentamentos precários, devendo ser, ainda, uma política pactuada com a sociedade e que extrapole um só governo;
- Gestão democrática com **participação** dos diferentes segmentos da sociedade, possibilitando controle social e transparência nas decisões e procedimentos;
- **Articulação das ações** de habitação à política urbana de modo integrado com as demais políticas sociais e ambientais. (Grifos nossos).

Os princípios expostos destacam a importância do Estado no processo de ordenamento territorial e sua atuação no campo da moradia popular ou das HIS, sendo um aspecto relevante que destaca a necessidade de ações descentralizadas, reforçando o papel e a função do planejamento na escala local, pois, “trata-se da escala por excelência do planejamento e da gestão das cidades”, (SOUZA, 2003, p. 106).

Nesse sentido, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), lançado pelo Decreto da Presidência da República Nº 6.819, de 13 de abril de 2009, compreende, basicamente, o Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR); além, de forma geral, autorizar a União a transferir recursos para operacionalizar o programa. A partir da de 2009, o PMCMV passou a financiar projetos para atender a demanda da faixa de renda compreendida até 1.600 reais, enquadradas nas modalidades de financiamentos da Construção de Empreendimentos com Recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS).

Objetivos e metas a serem alcançados

A) Geral

- Entender a configuração do Eixo Goiânia-Anápolis-Brasília, exemplificado a partir da análise das escalas interregional e intraurbana dos municípios de Alexânia e Abadiânia;

B) Específicos:

- Caracterizar a configuração territorial que estrutura o Eixo Goiânia-Anápolis-Brasília;
- Contextualizar a escala interregional e intraurbana dos municípios de Anápolis, Abadiânia e Alexânia no Eixo Goiânia-Anápolis-Brasília;
- Destacar os empreendimentos do PMCMV presentes nos municípios de Anápolis, Alexânia e Abadiânia;
- Discutir a importância da atuação do Estado na produção do espaço urbano no Eixo Goiânia-Anápolis-Brasília.

Metodologia

Nessa perspectiva, duas dimensões se destacam: a primeira envolve a questão da especificidade da configuração territorial na qual as cidades de Alexânia, Abadiânia e Anápolis estão inseridas, ou seja, a participação das mesmas no Eixo Goiânia-Anápolis-Brasília. Para tanto, propõe-se a revisão com pesquisa documental da produção bibliográfica envolvendo o Eixo Goiânia-Anápolis-Brasília, bem como a discussão teórica sobre o desenvolvimento regional e a formação de complexos regionais no sistema urbano brasileiro.

Na segunda dimensão, agora na escala intraurbana de Anápolis, Alexânia e Abadiânia, de início serão realizadas atividades de coleta de dados técnicos, com o levantamento de **dados estatísticos** que destaquem o perfil socioeconômico das populações locais; **cartográficos** sobre as áreas dos municípios e dos empreendimentos que se caracterizam como HIS; **legais** sobre os instrumentos da política urbana na escala do município; e, **cadastrais**, com informações de cada empreendimento existente nos município supracitados enquadrados como HIS.

A partir das informações coletadas, realizaremos pesquisa de campo com: o levantamento e caracterização dos empreendimentos configurados como HIS, desenvolvidos pelo PMCMV, primeira e segunda etapas; representação cartográfica dos empreendimentos; coleta de imagens dos conjuntos habitacionais e identificação/localização dos equipamentos públicos comunitários; por fim, a elaboração e aplicação de entrevistas, destacando a questão da qualidade de vida. Na última atividade, consideraremos como valores de referência 10% dos empreendimentos e, para a aplicação dos questionários, 5% do total dos imóveis no universo selecionado. E, finalmente, serão realizados seminários internos para discutir as dimensões propostas, estabelecer as articulações possíveis, discutir os resultados obtidos e possibilitar a produção de textos destinados à produção de artigos e relatórios de pesquisa.

Resultados esperados

A participação em um projeto de Iniciação Científica representa um momento importante de aprofundamento teórico e de desenvolvimento de habilidades de pesquisa necessárias na vida acadêmica e profissional. Além disso, a produção de informações sistematizadas sobre Eixo possibilitará a compreensão do processo de produção do território e suas articulações regionais. Também, esperamos empregar os dados obtidos na pesquisa na produção de textos, artigos e, possivelmente, no Trabalho de Conclusão de Curso.

Referências

ARRAIS, T. A. **A região como arena política**: Um estudo sobre a produção da região urbana Centro-Goiano. Goiânia: Bertrand Brasil, 2005

ARROYO, M. Bases territoriais técnicas e normativas para os fluxos internacionais de comércio. O caso do Estado de São Paulo, Brasil In Encontro dos Geógrafos da América Latina, Lima, 2013, **Anais...** Lima: UIG, 2013.

BRASIL/Ministério das Cidades. **Cadernos de Habitação**. Brasília: MinCidades, 2008.

BRASIL, Constituição, 1988. **Constituição Federal de 1988**. República Federativa do Brasil. Brasília, Senado Federal, 1988.

_____. Lei no. 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal estabelecem as diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 11 de julho de 2001, Seção 1.

_____. Instrução Normativa No 4, de 15 de janeiro de 2010. Dispõe sobre novos prazos e condições para adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS. **Diário Oficial da União**. Brasília, 18 de junho de 2010, Seção 1, p. 111 a 112.

_____. Lei no. 11.124, de 16 de junho de 2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. **Diário Oficial da União**. Brasília, 17 de junho de 2002, p. 0001 a 0003.

BECKER, B.K. Os eixos e integração e desenvolvimento e a Amazônia. **Território**, ano IV, n.6, jan./jun., 1999 p 29-42.

_____. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. **O lugar no/do Mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996, p15.

CLAVAL, Paul. **Espaço e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p11.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. **Eixo Brasília – Anápolis – Goiânia**: O modelo de desenvolvimento com inclusão social e o eixo como novo vetor de expansão . Brasília, 2014. Disponível em <http://www.codeplan.df.gov.br/>. Acesso em agost./2014.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

FURLAN, F.;SEGALA, M. **Conheça os principais corredores da riqueza no Brasil**. Revista Exame.Com, São Paulo, set, 2014. Disponível em <http://exame.abril.com.br/noticia/corredores-da-riqueza/imprimir>. Acesso em set./2014.

FURTADO, C. Os desafios da Nova Geração. **Revista de Economia Política**, vol. 24, nº 4 (96), outubro-dezembro/2004 483-486.

HADDAD, M. B.. **Eixo Goiânia – Anápolis – Brasília**: estruturação, interrupção e retomada das políticas públicas. Dissertação de Mestrado. PUC GO. Goiânia, GO, 2011

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/> . Acesso em set./2014

_____. Sistema IBGE de Recuperação Automática, **Dados econômicos de 2011**. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/> Acesso em set./2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**, 2000 e 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (coord. geral), **Caracterização da atual configuração, evolução e tendências da rede urbana do Brasil**: determinantes do processo de urbanização e implicações para a proposição de políticas públicas. Mimeografado, Brasília, 1999.

INSTITUTO MAURO BORGES, Estatísticas municipais. Disponível em <http://www.imb.gov.br/> Acesso em set./2014

LECIONE, Sandra. Metropolização do Espaço: processos e dinâmicas. In: Alvaro Ferreira (Org.) **Metropolização do espaço**: gestão territorial e relações urbano-rurais. Rio de Janeiro: Consequência, 2013. p. 17-24.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p202.

MENDONÇA, G. H.; LUZ, J. S. Aspectos da reconfiguração do espaço urbano-regional: o Eixo Goiânia-Anápolis-Brasília IN LUNAS, D. A. L.; XAVIER, G. L.; LUZ, J. S. (orgs.) **Cerrado**: Projetos políticos, atores sociais e dinâmicas do território. Anápolis (GO): Ed. UEG, 2015

MOURA, R. Breve perfil dos arranjos urbano-regionais brasileiros In Encontro Nacional da ANPUR, 14, Rio de Janeiro, 2011, Anais ... Rio de Janeiro, 2011, p. 1-18 . Disponível em http://www.observatoriodasmetropoles.net/download/rosa_moura.pdf. Acesso em agost./2014.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. A Reprodução do Espaço Urbano de Goiânia: uma cidade para o capital. In MOYSÉS, Aristides (org.) **Cidade, segregação urbana e planejamento**. Goiânia (GO): Editora da UCG, 2005.

OLIVEIRA, I.C.E. **Estatuto da Cidade: para compreender**. Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.

ROSA, J.S e DENALDI, R. (orgs.). **Curso à Distância: Planos Locais de Habitação de Interesse Social**. Brasília: Ministério das Cidades, 2009.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 3ª. Ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. 5ª. Ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **A Natureza do Espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção**. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1997

_____. O Retorno do Território In SANTOS, M. et al (orgs.) **Território: globalização e fragmentação**. 4ª. Ed. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 15-20

_____. **Por uma Geografia Nova: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 4a ed. São Paulo: Hucitec, 1996

SANTOS, M. E.; SANTOS, E. R.S. Mapeamento Temporal das Áreas Urbanas no Eixo Brasília-Anápolis-Goiânia através dos Sensores Orbitais DMSP/OLS e Landsat 5 – TM. Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR,16, 2013, Foz do Iguaçu 2013, **Anais...** Foz do Iguaçu: INPE 2013, p. 1642-1648

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5. ed. 2ª reimpr. São Paulo: EdUSP, 2009.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2003.

_____. **A Prisão e a Ágora: Reflexões em Torno da Democratização do Planejamento e da Gestão das Cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2006.

_____. **Mudar a cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2003.

SPOSITO, E. S. Reestruturação produtiva e reestruturação urbana no estado de São Paulo. **Scripta Nova**. Barcelona, vol. XI, núm. 245 (69), 1 de agosto de 2007. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24569.htm>. Acesso em set./2014

SPOSITO, M. E. B. **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.